

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 68, I, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta a consideração desta Casa de Leis, o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 135/2018

Súmula: Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 2321 de 24 de novembro de 2005, que trata da Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Irati – Paraná, e dá outras providências.

Art. 1º - O caput do art. 2º da Lei Municipal nº 2321/2005 passa a ter a seguinte redação, permanecendo inalterados os respectivos incisos e parágrafo único:

“Art. 2º – Fica reestruturado, a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Irati – CAPSIRATI, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, de natureza Autárquica, com sede e Foro nesta cidade, criada pela Lei 1667 de 19 de dezembro de 2000 de acordo com o art. 71 da Lei 4320 de 17 de março de 1964, que tem por finalidade a Gestão Financeira, Administrativa e Patrimonial, bem como, de garantir o Plano de Benefícios do RPPS, observados os seguintes critérios: ”

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor a partir da publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 30 de novembro de 2018.

Jorge David Derbli Pinto
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 135/2018

Súmula: Altera o artigo 2º da Lei Municipal nº 2321 de 24 de novembro de 2005, que trata da Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Irati – Paraná, e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente.

Nobres Vereadores.

Para a devida análise dos nobres Vereadores encaminhamos o Projeto de Lei sob nº 135/2018, que visa alterar o artigo 2º da Lei Municipal nº 2321 de 24 de novembro de 2005, que trata da Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Irati – Paraná, e dá outras providências.

Importante acrescentar que com a criação do RPPS através da Lei 1667/2000 o Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais de Irati – CAPSIRATI foi constituído como uma Autarquia Municipal, a qual, em sua inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), junto a Receita Federal, foi enquadrada dentro desta natureza.

Com a reestruturação através da Lei nº 2321/2005, em seu art. 2º, a expressão “natureza autárquica” foi suprimida e o CAPSIRATI foi subordinado ao âmbito da Secretaria de Administração.

No entanto, o CAPSIRATI, permaneceu com o Registro no CNPJ como uma Autarquia, a qual, entendemos que é o enquadramento correto para o referido RPPS, sendo necessário então a correção da atual Lei, embasado em que a Lei de criação já estabelecia essa natureza Jurídica Autárquica.

Em destaque, o Título V, Capítulo I em seu art. 45, § 1º e 3º da Lei 2321/2005, onde o próprio texto se refere ao CAPSIRATI como Autarquia, e que se repete em outros momentos no corpo da referida Lei, contrariando o Art. 2º que ora está sendo corrigido.

Na certeza de sua apreciação favorável a este Projeto de Lei, que visa tão somente corrigir um equívoco, antecipamos nossos agradecimentos, reiterando protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

Jorge David Derbli Pinto
Prefeito Municipal